

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.849 - RS (2019/0278570-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : P E C
ADVOGADOS : JORGE FERES GOMES UEQUED - RS052474
GABRIELA FLORES UEQUED - RS107424
AGRAVADO : M S DE C
ADVOGADOS : ALCINDO GOMES BITTENCOURT - RS045109
MATEUS PEREIRA DOS SANTOS - RS053607
MIRELI GAVIOLI BITTENCOURT - RS064353
VANESSA ANNES KEUNECKE - RS085575

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. **1.** OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. COMPETÊNCIA DO STF. **2.** NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. **3.** VERBA ALIMENTAR FIXADA EM PECÚNIA. PAGAMENTO *IN NATURA*. POSSIBILIDADE. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. SÚMULA 83/STJ. INCLUSÃO DE OUTRAS VERBAS PARA SEREM ABATIDAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. **4.** AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por P. E. C. contra decisão que, nos autos da execução de alimentos ajuizada por M. S. de C., decretou a prisão civil pelo prazo de 30 (trinta) dias, a ser cumprida, excepcionalmente, no regime aberto.

A Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deu parcial provimento à insurgência para determinar o abatimento do débito quanto às despesas de educação (mensalidades da escola e da universidade), dos planos de saúde e odontológico, ficando suspenso o decreto prisional até o recálculo do valor devido.

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fls. 165-170):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PAGAMENTO *IN NATURA*. COMPENSAÇÃO. CABIMENTO PARCIAL. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. PRISÃO CIVIL. 1. Os valores pagos relativamente às mensalidades escolares e plano de saúde e odontológico não constituem mera liberalidade, senão pagamento parcial da pensão alimentícia que foi feito *in natura*, motivo pelo qual deverão ser abatidos no cálculo da dívida. 2. Não admitir a compensação desses valores, que foram efetivamente pagos, implicaria enriquecimento sem causa para os credores. 3. A perda da condição de registrador temporário do alimentante não afeta a higidez do título, podendo justificar eventual pleito revisional, motivo pelo qual é cabível a execução dos alimentos, pois a dívida é líquida, certa e exigível. 4. Descabe discutir na ação de execução de alimentos a adequação ou não do quantum da obrigação alimentar, pois tal discussão somente pode ser travada no âmbito da ação revisional de alimentos. Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

O executado interpôs recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II e parágrafo único, do CPC/2015; 884 e 1.707 do CC; e 6º da CRFB.

Sustentou, em síntese, ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem e a necessidade de abatimento do débito em relação às despesas de pagamento do condomínio e dos demais gastos oriundos da escola do menor.

Contrarrazões às fls. 312-319 (e-STJ).

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso sob os fundamentos de não ser possível a alegação de ofensa a dispositivo constitucional na via estreita do recurso especial, de terem sido analisadas todas as questões suscitadas pelas partes e de incidir a Súmula 7/STJ.

Irresignado, o recorrente apresenta agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 357-363 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Superior Tribunal de Justiça

De início, em relação à alegação de ofensa ao art. 6º da Constituição da República, é evidente a inadequação da via recursal eleita, porquanto "compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável invocar, nesta seara, a violação de dispositivos constitucionais, porquanto matéria afeta à competência do STF (art. 102, inciso III, da Constituição Federal)" - (AgRg no AREsp n. 359.463/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/2/2015, DJe 3/3/2015).

No que tange à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que as instâncias extraordinárias expressamente enfrentaram todas as questões suscitadas pelo recorrente, de forma clara e fundamentada, notadamente acerca da possibilidade de abatimento do débito alimentar pelos valores pagos *in natura*, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta" (AgRg no AREsp n. 610.500/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/4/2015, DJe 10/4/2015).

Quanto ao mérito, importante assinalar que a jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento de ser possível, no âmbito da execução de alimentos, a dedução na pensão alimentícia fixada exclusivamente em pecúnia das despesas pagas *in natura*, com o consentimento do credor, sob pena de se configurar o enriquecimento sem causa do alimentado.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.

Superior Tribunal de Justiça

DIREITO DE FAMÍLIA. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO FIXADA EM PECÚNIA. ABATIMENTO DE PRESTAÇÃO "IN NATURA". POSSIBILIDADE. PAGAMENTO DE ALUGUEL, TAXA DE CONDOMÍNIO E IPTU DO IMÓVEL ONDE RESIDIA O ALIMENTADO. DESPESAS ESSENCIAIS. ENRIQUECIMENTO INDEVIDO.

1. Controvérsia em torno da possibilidade, em sede de execução de alimentos, de serem deduzidas da pensão alimentícia fixada exclusivamente em pecúnia as despesas pagas "in natura" referentes a aluguel, condomínio e IPTU do imóvel onde residia o exequente.

2. Esta Corte Superior de Justiça, sob o prisma da vedação ao enriquecimento sem causa, vem admitindo, excepcionalmente, a mitigação do princípio da incompensabilidade dos alimentos. Precedentes.

3. Tratando-se de custeio direto de despesas de natureza alimentar, comprovadamente feitas em prol do beneficiário, possível o seu abatimento no cálculo da dívida, sob pena de obrigar o executado ao duplo pagamento da pensão, gerando enriquecimento indevido do credor.

4. No caso, o alimentante contribuiu por cerca de dois anos, de forma efetiva, para o atendimento de despesa incluída na finalidade da pensão alimentícia, viabilizando a continuidade da moradia do alimentado.

5. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (REsp 1501992/RJ, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 20/03/2018, DJe 20/04/2018)

Alinhando-se a esse entendimento o acórdão recorrido asseverou que o os valores pagos relativamente às mensalidades escolares e planos de saúde e odontológico não eram de obrigação do alimentante, o que configuraria o pagamento parcial da pensão alimentícia *in natura*, de modo que deve ser aplicável, ao ponto, a Súmula 83/STJ.

Por outro lado, para a inclusão de outras despesas supostamente pagas pelo alimentante, mas que foram afastadas pela Corte estadual, seria imprescindível o reexame de provas, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, consoante dispõe a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

